



SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 68, DE 2019

Altera o art. 21 da Constituição Federal para estabelecer que pertencem ao Distrito Federal os recursos alocados pelo fundo próprio tratado no inciso XIV do mesmo artigo.

AUTORIA: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) (1º signatário), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Jorginho Mello (PR/SC), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Major Olímpio (PSL/SP), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Romário (PODE/RJ), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador IZALCI LUCAS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 68 , DE 2019

*As Comissões de
Constituição, Justiça
e Cidadania.*

Em 8/5/19

IZALCI

Altera o art. 21 da Constituição Federal para estabelecer que pertencem ao Distrito Federal os recursos alocados pelo fundo próprio tratado no inciso XIV do mesmo artigo.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 21 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 21.

Parágrafo único. Os recursos alocados, nos termos da lei, pelo fundo a que se refere o inciso XIV deste artigo pertencem ao Distrito Federal.” (NR)

Art. 2º O disposto no parágrafo único do art. 21 da Constituição Federal aplica-se aos rendimentos pagos, a qualquer título, até a data de publicação desta Emenda, com recursos do fundo próprio tratado no inciso XIV do mesmo artigo.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Recebido em 08/05/19
Hora 10:14
Edwards A
Estagiário - SLSF/SGM

SEADI
Folha: 01



JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal, nos arts. 157 a 162, disciplina a repartição das receitas tributárias entre os entes da Federação, com vistas a garantir o equilíbrio das finanças públicas ínsito ao pacto federativo. Nesse sentido, o inciso I do art. 157 da Lei Fundamental define que pertencem aos Estados e ao Distrito Federal *o produto da arrecadação do imposto da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.*

De forma bastante clara, apesar de o imposto de renda ser um tributo de competência da União, o constituinte determinou que, quando retido na fonte sobre rendimentos pagos a qualquer título a servidores estaduais ou distritais (ativos e inativos), o produto de sua arrecadação pertencerá ao respectivo ente federativo responsável pelo pagamento.

O Supremo Tribunal Federal (STF) já enfrentou discussões relacionadas ao disposto no dispositivo constitucional especificado, reiterando que *as parcelas do imposto sobre a renda retido na fonte, a qualquer título, pelo empregador público do Estado ou do Distrito Federal, e por suas autarquias e fundações, devem ser incorporadas, desde logo, às receitas estaduais ou distritais, em atenção ao regramento contido no aludido dispositivo constitucional (vide ACO nº 571 – AgR/SP, p. 11).* Não deveria, portanto, haver qualquer dúvida de que, sempre que o Estado for o responsável pelo pagamento, ele ficará com o produto do imposto de renda retido na fonte.

No entanto, no âmbito do Tribunal de Contas da União (TCU), especificamente no Processo nº 011.359/2006-1, existem discussões que perpassam o dispositivo constitucional já especificado. Basicamente, o TCU discutiu se os pagamentos realizados pelo Distrito Federal aos servidores do Corpo de Bombeiros Militar e das Polícias Civil e Militar poderiam ensejar, quando custeados com recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), o recolhimento do produto do imposto de renda retido na fonte para os cofres do Tesouro do Distrito Federal.

O FCDF foi instituído pela Lei nº 10.633, de 2002. A sua finalidade é prover recursos para, principalmente, organizar e manter as forças de segurança da capital federal, indispensáveis para garantia do próprio funcionamento dos Poderes da União. Com a sua criação, o Governo Federal ficou responsável apenas por aportar os recursos requeridos, enquanto o Distrito Federal continuou com as demais responsabilidades, inclusive com a manutenção, em seus quadros, dos servidores distritais do Corpo de Bombeiros Militar e das Polícias Civil e Militar.

Nesse contexto, em medida cautelar proferida pelo Ministro Raimundo Carreiro e referendada pelo Plenário da Corte de Contas em 23 de junho de 2010, o Tribunal de Contas da União (TCU) adotou entendimento consentâneo ao comando constitucional e aos entendimentos doutrinário e jurisprudencial, determinando que a União se abstinhasse de reter ou cobrar parcelas de imposto de renda dos servidores públicos do Distrito Federal, ainda que a remuneração fosse custeada pelo FCDF. Não obstante, recentemente, aquela corte revogou a medida cautelar mencionada e, com isso,



SF/19084.60410-65

Página: 2/4 02/05/2019 11:23:18

23b42539b762f98f887c28bbebef5dd32ad82

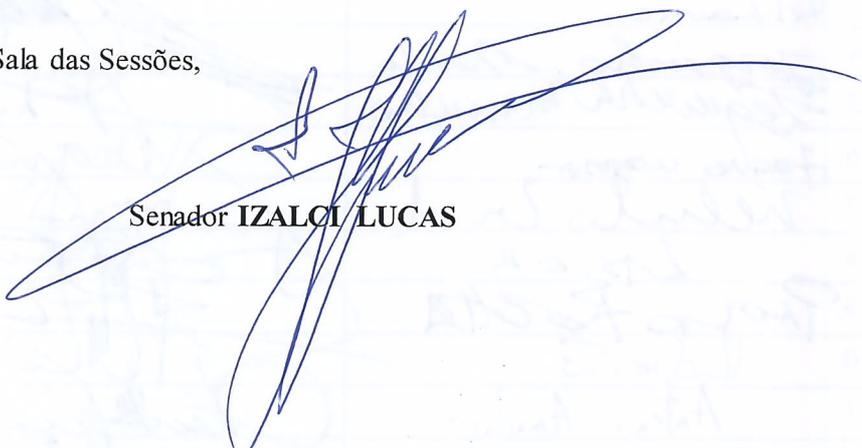
possibilitou que a União retivesse os valores do imposto de renda pagos na fonte pelos servidores da área de segurança do Distrito Federal.

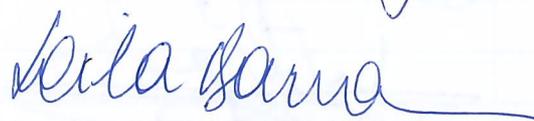
O novo entendimento do TCU afronta a Constituição Federal e pode ocasionar efeitos deletérios às finanças públicas distritais, pois, além de deixar de arrecadar aproximadamente R\$ 700 milhões por ano, o Distrito Federal ainda poderá ser obrigado a devolver à União o produto do imposto de renda obtido com base na própria determinação da corte de contas – aproximadamente R\$ 10 bilhões. Cabe, então, ao legislador ordinário aperfeiçoar o texto constitucional, deixando claro que a receita em questão é do Distrito Federal, ainda que os recursos sejam provenientes do FCDF.

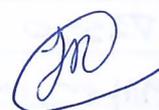
Para que isso seja alcançado, propomos incluir novo parágrafo no art. 21 da Lei Maior, estabelecendo, no plano constitucional, que os recursos alocados pelo FCDF pertencem ao Distrito Federal. Em acréscimo, as novas disposições deverão produzir efeitos desde a constituição do FCDF, o que, na prática, dispensará o Distrito Federal de restituir qualquer valor à União, esvaziando a decisão do TCU.

A aprovação da presente proposta diminuirá a insegurança jurídica a que está sujeito o Distrito Federal, bem como resguardará a execução de políticas e a manutenção de serviços essenciais para a população. Em face do exposto, conto com o apoio dos meus Pares para a aprovação desta matéria.

Sala das Sessões,


Senador **IZALCI LUCAS**


Senadora **LEILA BARROS**


Senador **REGUFFE**



SENADOR(A)	ASSINATURA
1. <i>Paulo P. Guedes</i>	<i>Paulo P. Guedes</i>
2. Lucas RIBEIRO	<i>Lucas Ribeiro</i>
3. ALVARO DIAS	<i>Alvaro Dias</i>
4. Otávio RODRIGUES	<i>Otávio Rodrigues</i>
5. <i>Jorge Kujawa</i>	<i>Jorge Kujawa</i>
6.	
7.	
8. Humberto COSTA	<i>Humberto Costa</i>
9. OMAR AZIS	<i>Omar Azis</i>
10. Humberto RODRIGUES	<i>Humberto Rodrigues</i>
11. <i>Plínio Valério</i>	<i>Plínio Valério</i>
12. <i>Plínio Valério</i>	<i>Plínio Valério</i>
13. Valério	
14. <i>Jorginho Nello</i>	<i>Jorginho Nello</i>
15. <i>Jorginho Nello</i>	<i>Jorginho Nello</i>
16. <i>Jorginho Nello</i>	<i>Jorginho Nello</i>
17. <i>Valério</i>	<i>Valério</i>
18. <i>Valério</i>	<i>Valério</i>
19. <i>Valério</i>	<i>Valério</i>
20. <i>Valério</i>	<i>Valério</i>
21. <i>Valério</i>	<i>Valério</i>
22. <i>Valério</i>	<i>Valério</i>
23. <i>Valério</i>	<i>Valério</i>
24. <i>Valério</i>	<i>Valério</i>
25. <i>ALEXANDRO VIEIRA</i>	<i>Alexandro Vieira</i>
26. <i>Romário</i>	<i>Romário</i>
27. <i>AROLDE DE OLIVEIRA</i>	<i>Arolde de Oliveira</i>



SF/19084.60410-65

Página: 4/4 02/05/2019 11:23:18

23b42539b762f98f887c28bebef5dd32ad82



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- artigo 21

- parágrafo 1º do artigo 21

- parágrafo 3º do artigo 60

- Lei nº 10.633, de 27 de Dezembro de 2002 - LEI-10633-2002-12-27 - 10633/02

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2002;10633>